

PLANO MAIS BRASIL



DIĒESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

BRASIL

PEC do Teto

Novo Regime fiscal que limita os gastos públicos com políticas sociais
(Em dezembro de 2016)

Programa de privatizações

Petróleo
Energia Elétrica
Infraestrutura

Mudança estrutural na base econômica e tecnológica

Desmonte do papel do Estado

Mercantilização de direitos sociais

Lei da Terceirização

Retira restrições sobre trabalho temporário e terceirização
(Março/2017)

“Reforma” da Previdência

Altera as regras da previdência pública
(PEC 287/2016)

“Reforma” Trabalhista

Altera a CLT, precarizando as relações de trabalho
(Julho de 2017)

Desmonte do Estado



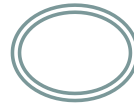
- As medidas de desmonte do Estado brasileiro começaram em 2016. Primeiro, aprovou-se a Emenda Constitucional 95, que congelou em termos reais, por 20 anos, todos os gastos do orçamento da União (saúde, educação, meio-ambiente etc.), exceto os destinados ao pagamento da dívida pública.
- Em seguida, veio a regulamentação da contratação de terceirizados em atividades fim das empresas.
- Depois, a reforma trabalhista em 2017, que retirou direitos e está levando os sindicatos à asfixia financeira.
- Tudo isso tem como resultado o desmonte do Estado, o enfraquecimento da proteção laboral e, conseqüentemente, a anemia do mercado interno devido à redução dos salários e da renda do trabalho.

Emenda Constitucional 95



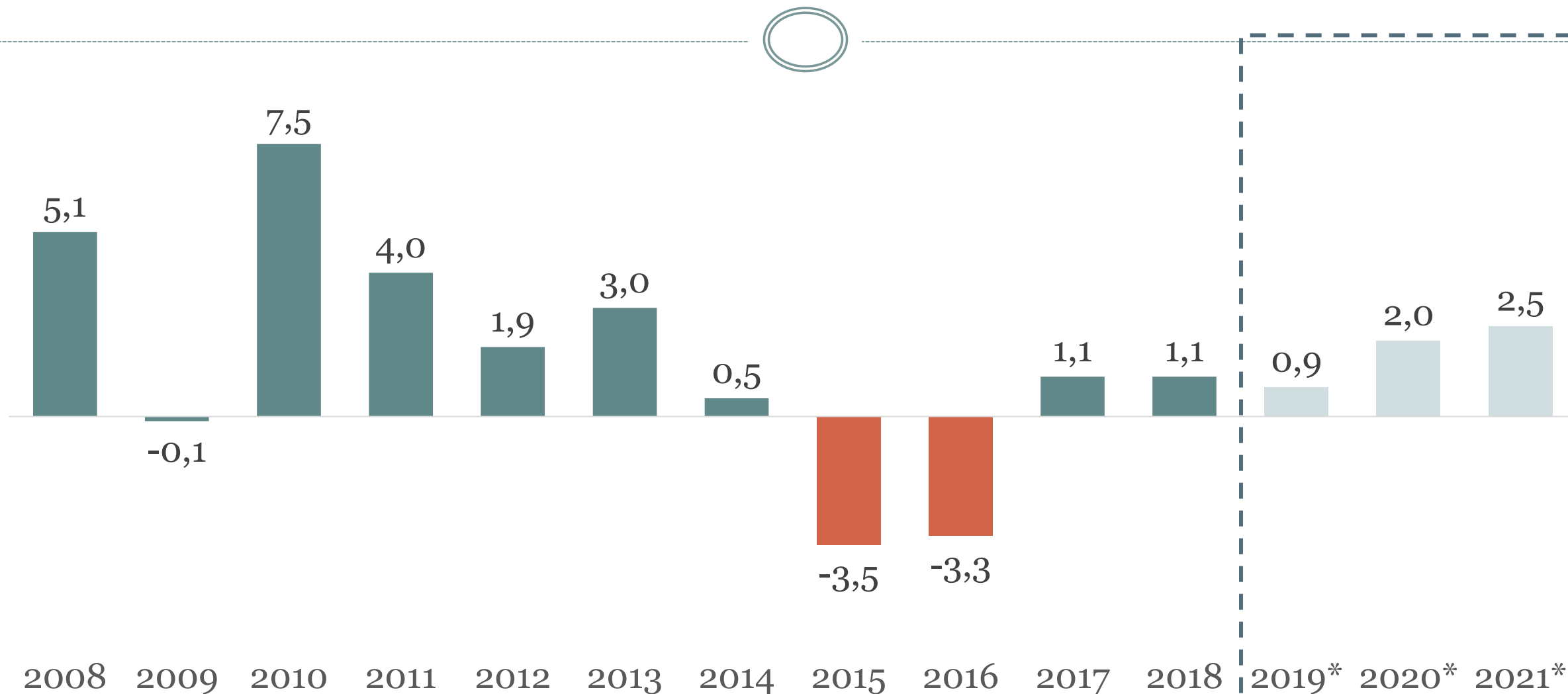
- O “Teto dos Gastos” foi a medida fiscal mais extremada nos últimos anos: ela basicamente limita a expansão dos gastos públicos primários (excluindo pagamentos de juros) que somente pode ser reajustado pela inflação do ano anterior (excluídos repasses e algumas outras fontes), tendo como base o ano de 2016.
- Na prática, anula qualquer aumento real, mesmo que ocorra aumento da receita ou que o PIB volte a crescer de forma substancial.
- Essa lei, que é regra constitucional e vale por 20 anos, se transformou na maior camisa de força do gasto público, inclusive podendo se sobrepor às vinculações obrigatórias.

Cenário Econômico



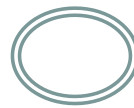
- Enquanto isso, a economia brasileira caminha em marcha lenta. Os indicadores macroeconômicos mostram estagnação. O crescimento atual comprova que a economia não tem força para acelerar e abrir postos de trabalho. Com isso, o desemprego e o desalento mantêm-se em níveis elevados.
- O país atravessou, nos últimos anos, uma das piores recessões da história. Por dois anos consecutivos, 2015 e 2016, foi registrada retração na atividade econômica. Em 2017 e 2018, o crescimento de 1,1% não foi suficiente para recuperar os anos de queda.
- Para 2019 a estimativa é de crescimento ainda menor, 0,9%. É importante destacar que no início do ano a previsão era de crescimento entre 2,5% e 3%.

Evolução do PIB brasileiro – 2008 a 2021



* Projeções para os anos de 2019 a 2021

Cenário Internacional

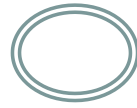


- As perspectivas de curto e longo prazo na economia e no mercado de trabalho são ruins e o cenário internacional também não contribui para a mudança de perspectiva.
- Um dos desafios para o país atualmente é o quadro internacional adverso, em que as principais economias mundiais estão em desaceleração.
 - Nos Estados Unidos, projeta-se crescimento econômico de 2,3%, em 2019, contra 2,9%, em 2018;
 - Na zona do euro, previsão de 1,2% contra 1,9% do ano passado, com destaque para Alemanha (meros 0,8% este ano);
 - E a China também deve crescer menos (6,2% contra 6,6% do ano anterior)
 - Argentina provavelmente continuará em Recessão, com desaceleração de 1,8%. Um pouco menos pior que 2018, -2,5%.
- Argentina e China, junto com os EUA, são os principais destinos das exportações brasileiras (43% do total exportado no primeiro trimestre de 2019).

PIB Mundial – 2008 a 2020

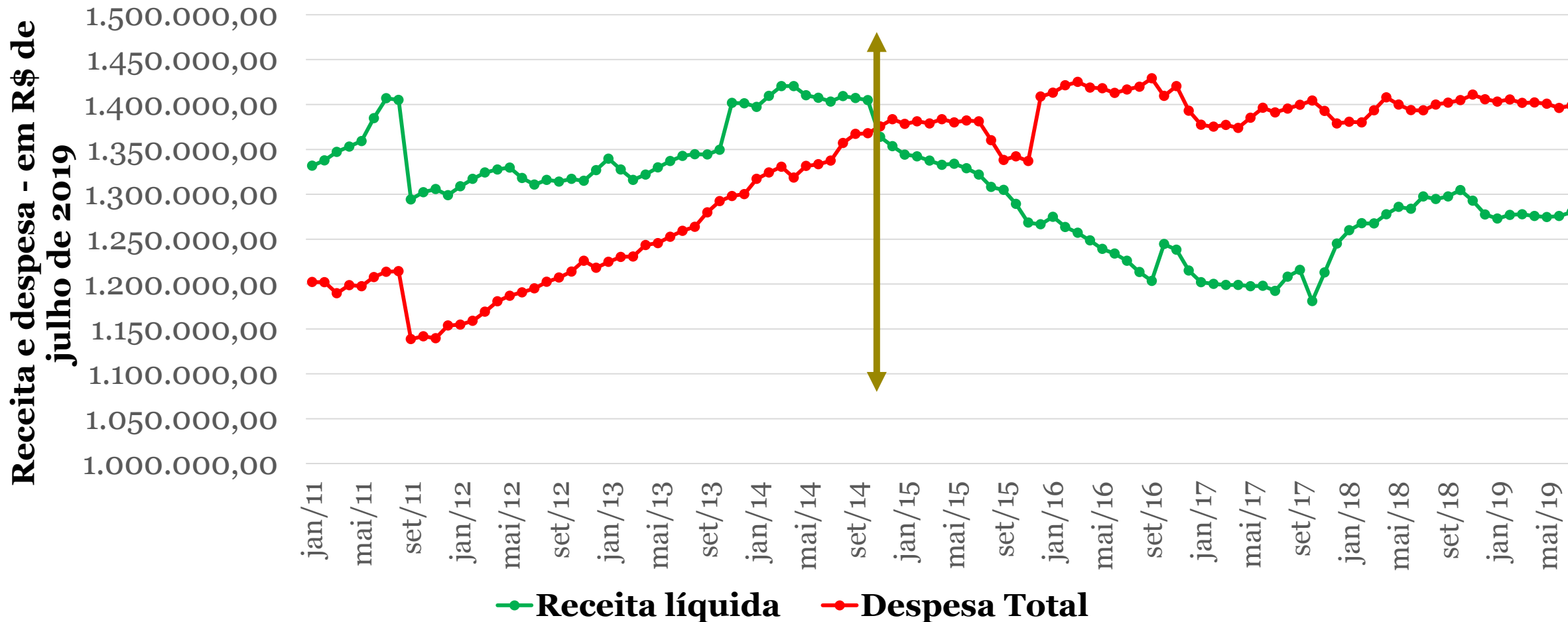
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estados Unidos	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9	2,8	2,2
Zona do Euro (17 países)	0,3	-4,5	2,0	1,7	-0,8	-0,2	1,4	2,0	1,9	2,5	1,9	1,2	1,3
Mundo	3,0	-0,5	5,4	4,2	3,3	3,4	3,5	3,3	3,1	3,6	3,5	3,1	3,3
Argentina	4,1	-5,9	10,1	6,0	-1,0	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,5	-1,8	2,0
Brasil	5,0	-0,1	7,5	4,1	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1	1,3	2,2
China	9,7	9,4	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6	6,2	6,0

Cenário nacional



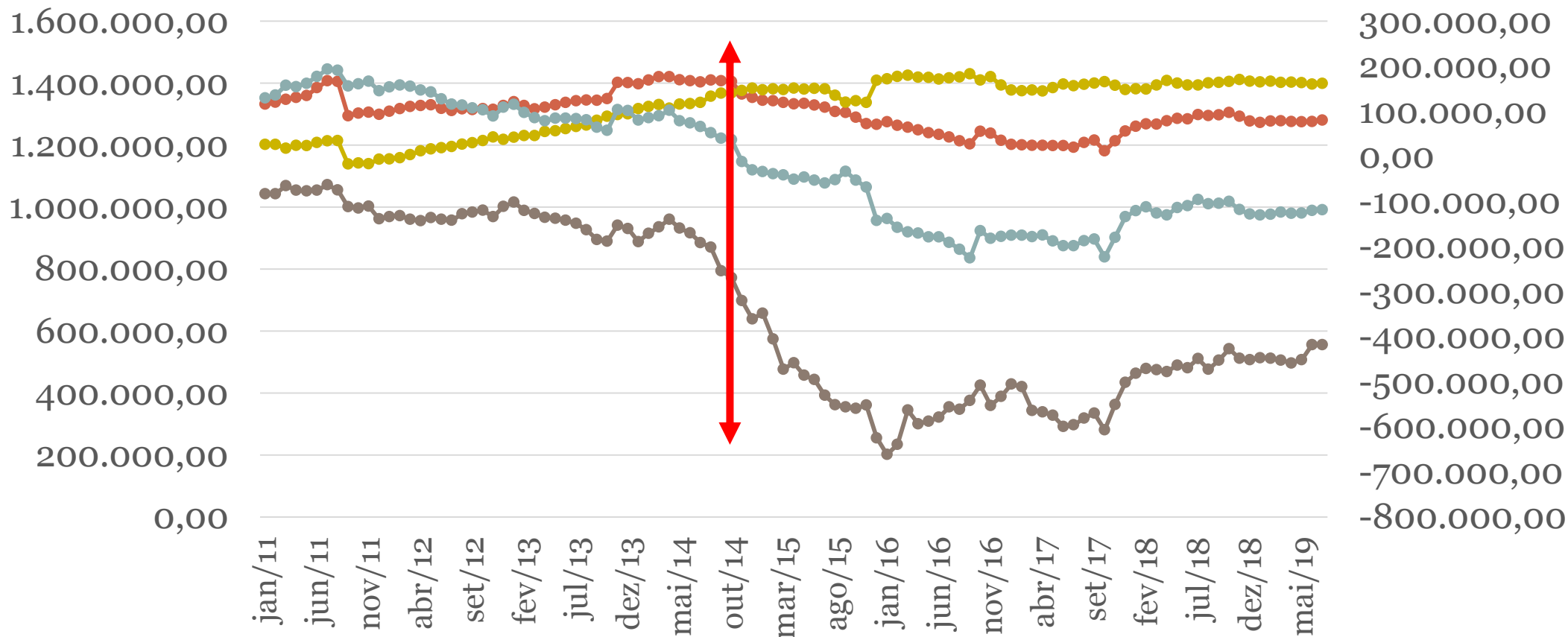
- A partir de 2015 - quebra importante de receita pública \Leftrightarrow base tributária do governo é pró-cíclica: está fortemente concentrada no crescimento da em renda e principalmente do consumo (e não do patrimônio).
- Com a recessão: caiu o emprego > cai a renda > cai o consumo > impactos negativos na arrecadação
- Ou seja: os déficits públicos não tiveram como causa primária uma “explosão” dos gastos, mas uma queda acentuada de receitas, além da manutenção de um custo expressivo dos serviços financeiros da dívida pública.

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO FEDERAL – ACUMULADO 12 MESES – EM R\$ DE JULHO DE 2019



RESULTADO FISCAL DO GOVERNO FEDERAL – ACUMULADO 12 MESES – EM R\$ DE JULHO DE 2019

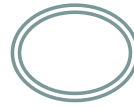
Receita e despesa - em R\$ de
julho de 2019



Resultado primário e nominal
- em R\$ de julho de 2019

—●— Receita líquida —●— Despesa Total —●— Resultado primário —●— Resultado nominal

Medidas de Ajuste Fiscal



- O governo Bolsonaro apresentou para o congresso, em 05/11/2019, um conjunto de medidas que seriam destinadas a reativar a economia através da melhora do gasto público.
- Todas elas, por sua vez, visam dar sustentabilidade ao Teto dos Gastos.
- As propostas apresentadas versam sobre o que tem sido chamado de “3 D”, “desvincular, desobrigar e desindexar” o orçamento.
- Também haverá medidas para facilitar as privatizações (chamadas de “desestatizações”).
- Segundo o governo, os efeitos em 15 anos seriam uma econômica de **R\$ 400** bilhões da União para estados e municípios, de **R\$ 50** bilhões em 10 anos para investimentos e de **R\$ 220** bilhões para abatimento de juros da dívida, com supostos impactos positivos na geração de emprego.
- Ausência de quaisquer limites vinculados ao custo da dívida pública, a necessidade de realização de uma auditoria, assim como qualquer proposta de reforma tributária que promova justiça fiscal e menor volatilidade da arrecadação.

Plano Brasil Mais



- Intitulado como “Plano Brasil Mais”, as medidas estão divididas em três PECs (Propostas de Emenda Constitucional):
 - PEC do pacto federativo;
 - PEC emergencial;
 - PEC dos fundos públicos.
- Há um conjunto de medidas, chamadas de “permanentes”, que são:
 - Inclusão das despesas com pensionistas nos limites de despesa com pessoal;
 - Definição de indicadores de sustentabilidade da dívida a ser criado;
 - Benefícios (isenções fiscais) serão reavaliados a cada quatro anos, não podendo passar de 2% do PIB a partir de 2026 na União;
 - Superávits (resultado positivo entre receitas e despesas, excetuando gastos com pagamento de juros) serão direcionados à amortização da dívida pública.

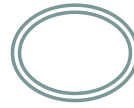
**A dívida passa a ocupar
ainda mais o centro das
decisões relativas ao
orçamento**

Plano Brasil Mais – PEC Emergencial

- A **PEC Emergencial** tem como objetivo impor “medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da **União**”.
- As medidas são automáticas (“Gatilhos”) e valem por 2 anos. A suposta economia para além de zerar os déficits, iria para projetos de infraestrutura.
- O governo propõe que caso ocorra autorização do desenquadramento da “Regra de Ouro” para a União e, no caso de estados e municípios, quando a despesa corrente líquida (soma das receitas tributárias referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais) ultrapassar 95% da receita corrente, mas precisará implementar algumas medidas de contenção dos gastos.

A "regra de ouro" do Orçamento está prevista na CF é um mecanismo que proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários, benefícios de aposentadoria, contas de luz e outros custeios da máquina pública. Quando a regra é descumprida, os gestores e o presidente da República podem ser enquadrados em crime de responsabilidade.

Plano Brasil Mais – PEC Emergencial



Nesse caso, o respectivo governo poderá realizar uma série de restrições aos gastos, em especial:

- Veto à promoção de funcionários públicos (com exceção dos diplomatas, judiciário, membros do MP, policiais, militares e que não implique em atribuição de função);
- Impedimento de conceder reajustes, criar cargos, reestruturar carreiras, fazer concursos e criar verbas indenizatórias;
- A possibilidade de redução de jornada em 25% e de salários proporcionalmente de servidores (as) públicos;
- Suspensão da criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários;
- Suspensão do repasse do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social);
- Proibição de aumento real para o salário mínimo.

Plano Brasil Mais – PEC do Pacto Federativo



- A **PEC do Pacto Federativo** tem como objetivo criar instrumentos de ajuste fiscal para os **estados e municípios** e de desvinculação de verbas. Traz mudanças na divisão de recursos de União, estados e municípios, o chamado pacto federativo. O texto prevê, entre outras coisas:
 - O “Teto dos Gastos” passa a valer para estados e municípios;
 - O estabelecimento de uma “regra de ouro” para estados e municípios que proíbe a criação de dívida para pagamento de salários, benefícios de aposentadorias e demais gastos de custeio;
 - Os mínimos estabelecidos para saúde e educação não serão alterados, mas serão somados. Assim, estados e municípios podem redirecionar seu uso;
 - Abre a possibilidade de retirar da folha de pessoal os gastos com os servidores inativos e incluí-los nas despesas de saúde e educação, reduzindo o valor disponível hoje para as ações próprias dessas áreas.

Plano Brasil Mais – PEC do Pacto Federativo



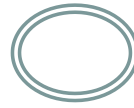
- Estados e municípios passam a receber toda a arrecadação do salário-educação e a definir o uso dos recursos;
- Veto ao uso de recursos de fundo de pensão e de depósitos judiciais para pagamento de despesas;
- Proibição dos empréstimos entre entes, assim como veto ao socorro de estados e municípios pela União a partir de 2026;
- Redistribuição dos recursos de royalties da União para estados e municípios;
- Municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total serão incorporados pelo município vizinho, além da proibição da criação de novos municípios (23% dos municípios se encontram nessa situação);
- Inclui na CF, no capítulo sobre direitos sociais “*será observado, na promoção dos direitos sociais, o direito ao equilíbrio fiscal intergeracional*”
- Criação de um Conselho Fiscal da República, que se reunirá a cada três meses para avaliar situação financeira dos estados.

Plano Brasil Mais – PEC dos Fundos Públicos



- O governo ainda propõe a **PEC dos Fundos Públicos**, uma ampla revisão desses instrumentos, que somaria **281 fundos** e recursos de R\$ 220 bilhões, segundo o governo. Entre as medidas:
 - Extinção de fundos públicos infraconstitucionais (não inclui fundos constitucionais e criados por Lei organiza nos entes federados) ⇔ **FAT – a vinculação do orçamento está na CF mas não a sua criação**
 - Ao invés de analisar caso a caso quais são os objetivos específicos e se carecem de modificações e/ou realocação desses recursos para outros fins, democraticamente debatido com toda a sociedade;
 - Exigência de lei complementar para a criação de fundos públicos;
 - O dinheiro existente nos fundos será usado para pagamento da dívida pública. Ou seja, retira de um fundo específico, criado para garantir recursos para uma determinada ação/ demanda da sociedade, para garantir o pagamento da dívida pública;
 - Como forma de justificar essa mudança, o governo alega que uma parte desses recursos será utilizada para “programas de erradicação da pobreza e de reconstrução nacional”;

Considerações Finais



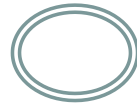
- O debate público, diante da fraqueza da economia, tem sido direcionado pelo “mercado” e pela grande mídia, de forma a “amaldiçoar” o gasto público e propor uma agenda de “Estado Mínimo” como panaceia para todos os problemas do país.
- As medidas propostas pelo governo, sob a justificativa de resolver problemas fiscais, na verdade, são um ataque ao papel do Estado e às garantias orçamentárias previstas na Constituição Federal, tanto no uso do orçamento para os serviços públicos, especialmente na saúde e educação, como na garantia de direitos dos servidores públicos.
- Essas medidas estão em consonância com as reformas do Estado em curso em vários países, que aprofundam a política neoliberal.
- Para os servidores públicos, novamente, sobra pagar a conta da política de baixo crescimento adotada pelo governo, através do arrocho salarial, redução de salários e aumento do volume de trabalho ⇔ as medidas ignoram a heterogeneidade das condições de trabalho dos diversos segmentos de servidores.

Considerações Finais



- Ao contrário do corrente discurso da mídia e do governo, o número de servidores públicos em relação à população brasileira está abaixo do verificado em muitos países desenvolvidos.
- Além disso, a maior parte dos funcionários públicos (57%) recebem salários que estão concentrados na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, **R\$ 3.816,00** (2018), sendo que no serviço público municipal esse percentual chega a 73% e onde estão concentrados 56% dos servidores estatutários³ do Brasil.
- Outra medida da “redistribuição de renda às avessas” é o congelamento de aumento real para o salário mínimo por até dois anos quando o país estiver em “emergência fiscal” para evitar impactos sobre os pagamentos dos benefícios previdenciários.
- O salário mínimo é a referência salarial para cerca de **48** milhões de brasileiros. O mínimo nacional também é comprovadamente um mecanismo eficaz de redução das desigualdades de renda do trabalho e de dinamização da economia em diversas regiões do país.

Considerações Finais



- O objetivo final é reduzir o tamanho do Estado, não para que ele seja mais ágil, mas para que o setor privado lucre com as atividades que antes eram públicas.
- O resultado desse modelo voltado para o “mercado” é o baixo crescimento econômico, a instabilidade econômica, a dificuldade do Estado em desenvolver políticas estratégicas para o país, o crescimento da pobreza e da concentração de renda.

Considerações Finais

Medidas para o equilíbrio fiscal na visão dos trabalhadores/as



1. Política voltada para o crescimento econômico com inclusão social;
2. Redução dos juros real básico da economia, dos juros bancários para a população e da mudança do perfil dos títulos da dívida pública;
3. Estabelecimento de medidas não apenas para as despesas primárias, mas também para as despesas nominais das contas públicas, com busca por maior controle das despesas financeiras, especialmente dos juros da dívida;
4. Combate efetivo à sonegação;
5. Reforma tributária com progressividade, com maior tributação sobre a renda e patrimônio, tributação sobre grandes fortunas, redução dos impostos sobre o consumo, observando a capacidade contributiva;
6. Cumprimento efetivo e imediato do teto constitucional para salários dos servidores públicos;
7. Aprimoramento da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal);
8. Garantia de recursos do pré-sal para ampliar investimentos em saúde, educação e infraestrutura;
9. Regulamentar o artigo 165 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo um ordenamento das prioridades na construção e execução orçamentária;
10. Continuidade e aprofundamento do controle social e da transparência de informações do gasto público.